

Saber local e água – um estudo em três ambientes de Minas Gerais¹

Flávia Maria Galizoni²
Eduardo Magalhães Ribeiro³

“ Quem tem a prática é uma coisa, quem tem a gramática é outra”

(Sr. Geraldo, lavrador geralista da cabeceira do rio dos Cóchos, Januária, MG)

É a partir dessa constatação que o senhor Geraldo, reflete sobre ações e atitudes díspares com relação a água que vem ocorrendo no rio dos Cóchos, nos campos gerais do rio São Francisco, localizado ao norte do estado de Minas Gerais. Em sua reflexão indica uma cisão muito forte que se vê no dia a dia de milhares de lavradores dessa região e de outras de Minas e do Brasil profundo: uma coisa é a prática, a outra a gramática; não se cansam de repetir. Estes tem sido saberes muito distante, e quase incomunicáveis, na história brasileira.

Apesar de nos último anos ter ocorrido uma valorização dos conhecimentos locais, muitas vezes eles são vistos ainda como uma forma de resquício, sobrevivência histórica, remanescências ou reminiscências. Poucas vezes são percebidos como uma outra forma de se relacionar com a natureza, o mundo, a vida.

No que diz respeito as relações entre populações rurais e água, o saber que estas populações possuem quase sempre são desprezados. Projetos destinados à conservação, acesso e gestão dos recursos hídricos poucas vezes levam em contam as culturas locais. Assim o que se observa são programas semelhantes para regiões ambientais e culturais diferentes.

Este aspecto é especialmente relevante, visto que, no Brasil, boa parte das nascentes de cursos d'água se localizam na área rural, em terras acidentadas e de piores qualidades, onde também se concentram camponeses, lavradores e agricultores familiares, todos com

¹ Parte desse material é resultado de pesquisa de campo realizada para tese de doutorado em Ciências Sociais no IFCH/Unicamp, e contou com o apoio do CNPq.

² Antropóloga, IFCH/Unicamp, bolsista CNPq. E-mail: flaviagalizoni@yahoo.com.br ; Caixa Postal 151, Lavras, MG, CEP: 37200-000.

³ Economista e historiador, professor da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais. E-mail: aureoemr@ufla.br ; DAE/UFLA, Caixa Postal 37, Lavras, MG, CEP: 37200-000.

suas culturas específicas. São estes segmentos da população brasileira os principais gestores de mananciais. Mas, nem sempre isto não é levado em conta na formulação de programas de gestão dos recursos hídricos. Ao contrário, na formulação de projetos de desenvolvimento ou de educação ambiental para regiões rurais onde predominam essas populações, o que se observa é reservar-se a elas geralmente os custos da conservação ambiental, enquanto os benefícios são alocados noutro perfil de produtores.

Por ser um recurso vital para consecução de projetos de desenvolvimento, a priorização do uso da água para fins que limitem os usos múltiplos e costumeiros feitos pelas populações locais quase sempre desemboca em conflitos. Estes pode ser observado no espaço rural brasileiro, que congrega tanto grandes consumidores representados pelos projetos de irrigação, responsáveis por cerca de 70% do consumo total de água no país, quanto a pequena gestão comunitária. É neste espaço que o grande empreendimento consumidor e a regulação comunitária se confrontam pela água, num embate que ainda está em andamento. É nele também que se observa conseqüências ambientais, sociais e econômicas decorrente da concentração do uso dos recursos hídricos.

O objetivo desse artigo é compreender e analisar saberes sobre água construídos por populações rurais e como esta população organiza e sistematiza esses conhecimentos. baseia-se em pesquisa de campo realizada entre 2002 e 2003, em comunidades bairros rurais de três regiões ambientais diferentes de Minas Gerais⁴: caatinga, mata atlântica e cerrado. A escolha por Minas se deu em razão deste estado possuir um dos maiores potenciais hídrico do país, abrigando nascentes de importantes bacias hidrográficas que abastecem áreas muito povoadas da região Sudeste do Brasil e quatro estados do Nordeste; e de reunir lado a lado na sua porção rural grandes projetos de desenvolvimento e comunidades de lavradores e agricultores familiares.

A pesquisa: método e áreas estudadas

Selecionou-se como área de pesquisa parcelas do vale São Francisco (ambiente de cerrado e caatinga), vale Jequitinhonha (ambientes de cerrado, caatinga e mata atlântica) e

⁴ Para realizar essa pesquisa os autores contaram com a participação de membros do Projeto Padre Justino (PPJ) programa de Extensão Universitária da Universidade Federal de Lavras e o apoio do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Medina, Paróquia de Bom Repouso e as Cáritas Diocesana de Almenara, Paracatu e Januária. A todos eles agradecemos.

rio Mogi-Guaçu na Serra da Mantiqueira (ecossistema de mata atlântica). Essa escolha foi feita perseguindo diversidade de ambientes, oferta natural de água (abundância ou escassez), a existência de populações rurais – famílias lavradoras – com estreita relação entre a água e seu sistema de produção, e a presença de grandes projetos de irrigação. Ao total foram pesquisadas 21 comunidades distribuídas pelas três regiões.

Dentro de cada um dos locais pesquisados foram observados critérios que refletissem as principais características da região rural estudada, e que possibilitassem também estruturar pontos mínimos de comparação entre as várias áreas. São eles:

- a) Comunidade ou bairro rural: essa denominação que varia dependendo da região de Minas Gerais, foi escolhida como a unidade territorial e social básica de análise, esta escolha foi realizada com base na literatura, principalmente nos estudos de Cândido (1975), Queiroz (1973), Garcia Jr (1983) e Woortmann (1990). Mas também porque é a principal demarcação de espaço e de relações sociais realizada pelos próprios lavradores(as); e foco de atuação de organizações sociais, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do poder público.
- b) Ambiente: buscou-se pesquisar localidades que apresentassem diversidades ambientais entre si, com diferenças de vegetação, cobertura vegetal, cultivos, etc .
- c) Água: foram selecionadas comunidades e bairros rurais com diversidade de disponibilidade, acesso e pressão sobre fontes de água.
- d) Característica da comunidade, buscando pesquisar três situações distintas de organização espacial do povoamento rural: comunidade antiga de sitiantes, povoado e assentamento.

Estruturou-se a pesquisa de modo a entrevistar famílias de lavradores em cada localidade a partir de critérios como idade, composição, tamanho da família, acesso à terra, tamanho do terreno utilizado, tempo de moradia na comunidade, principal atividade, disponibilidade de água, distribuição espacial na comunidade, relações de parentesco e confissão religiosa. As comunidades e bairros rurais pesquisados foram selecionados a partir de levantamentos exploratórios nas regiões, com o auxílio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, organizações não governamentais, religiosas, associações e movimentos sociais locais. Nas comunidades pesquisadas, organizou-se reuniões para solicitar consentimento das famílias para o estudo; nesta oportunidade foram esclarecidos

os objetivos e método da pesquisa e como seriam devolvidos os resultados para a comunidade. Nesta reunião preparatória a comunidade desenhou em conjunto um mapa localizador dos seus moradores, cursos d'águas, recursos florestais etc.

Utilizou-se dois roteiros de pesquisa: um para observação do ambiente, recursos, estado dos cursos d'água, erosão, partilha da terra e sistemas de lavouras; outro para entrevista, bastante aberto, buscava informações sobre família, comunidade, terra e água. Para observar de ângulos diversos os vários usos das águas, utilizou-se o método de percorrer, junto com a família ou alguns dos seus membros, o terreiro, o sítio, ir até nascentes, córregos ou depósitos de água. Em algumas localidades realizou-se levantamentos em reuniões com toda a comunidade; nestas, questões coletivas sobre água, sua oferta e qualidade foram propostas e debatidas em conjunto. Assim, buscou-se perceber água nas dimensões privativa, da família, e coletiva, da comunidade e bairro.

Comparar dados de lugares diferentes, apesar das dificuldades e armadilhas inerentes, podem revelar ajustes e trajetórias peculiares à grupos sociais, mas também indicar princípios universais que servem de base para a relação entre grupos sociais e recursos naturais como demonstrou LÉVI-STRAUSS (1970). Podem ainda fornecer elementos para se pensar o que é passível de ser generalizado ou o que deve ser particularizado em programas de educação ambiental e conservação de recursos hídricos, assim como em subsídios para avaliação de políticas públicas globais ou locais.

A água como recurso e bem comum⁵

Robert Kurz refletindo sobre relações entre economia e natureza, afirma que: *“Presumivelmente a natureza já existia antes da economia moderna. Por isso a natureza é em si gratuita, não tem preço”* (KURZ, 2002: 11). Isto porque a existência da natureza prescinde da e antecede a elaboração humana, o trabalho humano. Sua definição sobre o que caracteriza e diferencia a natureza está muito próxima da concepção das comunidades de lavradores de várias regiões do interior de Minas Gerais que asseveram sobre a água:

“É um berço da natureza de Deus e todo mundo, gente ou bicho, pode estar usando.”

⁵ Nessa seção apresenta-se uma síntese dos aspectos e princípios que semelhantes nas três regiões pesquisadas podem ser generalizados. A pesquisa revelou que a percepção da água como bem comum, está presente em

“A água é dom de Deus, todo mundo deve saciar dela: cede para o vizinho, cede para quem precisar, isto não tem problema.”

“Deus deixou a água gratuita, porque a gente pode cobrar?”

Comunidades e famílias de lavradores percebem a água como uma dádiva divina gratuita, um presente: a água nasce, brota, escorre, mina e mareja sem intervenção humana. Como um recursos da natureza, está disposta sem interferência do trabalho humano e portanto, de acordo com o código ético dos lavradores, não pode, ser apropriada privativamente. É o trabalho, dentro desse código, que fundamenta o direito de domínio privativo⁶.

Famílias possuem direito de uso das fontes, mas não são suas donas absolutas, porque a água é considerada dom de Deus para a humanidade, os bichos e as plantas. Por isso, em todas as famílias e comunidades pesquisada, água nunca pode ser negada, principalmente para beber. Negar água é querer se apossar individualmente de uma dádiva que é comum, é querer ser dono de um recurso coletivo, sobre o qual indivíduos, famílias e comunidades têm direitos mínimos de acesso e uso.

Nas várias localidades pesquisadas, a água como bem comum é regulada articulando esferas de domínio familiar (nuclear e extenso) e comunitárias (junção de várias famílias), criando pontos de interseção entre essas esferas. A primazia geográfica do dono da terra onde se localiza o manancial sofre forte pressão familiar e comunitária no domínio das águas e, neste sentido, o direito à água é parcialmente descolado do da terra: famílias têm o direito de uso das águas que passa na sua gleba, mas não da posse definitiva da nascente. Na maioria das comunidades estudadas, os mananciais eram utilizados por conjuntos, em média, de cinco famílias, sendo que somente uma delas tinha posse da terra onde brotava a nascente. Observou-se em todas as comunidades, com exceção dos assentamentos de reforma agrária por serem de ocupações mais recentes, que esses direitos de acesso a água eram hereditários, passados de uma geração a outra.

ambientes diferentes: na caatinga, na mata atlântica e no cerrado –, em situações de tanto de escassez quanto de abundância da água, e em regimes e formas diferentes de apropriação à terra.

⁶ MARTINS (1981) demonstrou que a concepção de trabalho é constituidora da relação entre lavrador e terra, fundamento do regime de posse e apropriação da terra. WOORTMANN (1990), aponta a noção de trabalho como base da relação entre camponeses, terra e recursos naturais. Segundo este autor, nos processos de herança camponesas, herda-se não só a terra, mas também o trabalho que a família fez sobre a terra.

O pressuposto de um recurso natural comum fundamenta, para comunidades de lavradores, um código que normatiza acessos e usos das diversas fontes de água. A ética da conduta familiar e comunitária com relação aos recursos hídricos é baseada em dois preceitos principais: a água não deve ser acumulada de forma privativa pelas famílias, estas possuem direitos de uso e não de propriedade sobre a água; as famílias precisam zelar acuradamente dos mananciais, para que estes dêem para todos e não falte para ninguém na comunidade.

A definição da água como bem comum significa que as famílias podem usar a água que percorre sua área de domínio, porém não são ‘donas absolutas’; não devem, do ponto de vista ético e moral, acumular um bem que não foi criado pelo seu trabalho, portanto que não lhe pertence exclusivamente. Quem rompe estes preceitos e tenta acumular água de forma privada em barramentos e açudes, corre o risco de conspurcar a água, impregnando-a de impureza que ficam barradas com ela. Famílias que acumulam água ou a usam de forma desmedida estão sujeitas a intensas sanções. Estas podem ser divinas: a fonte pode secar, a pessoa morrer com sede ou ir para o céu de cabeça para baixo; mas se as punições divinas não funcionarem são acionadas então fortes punições terrenas: a pessoa sofre um isolamento total na vida comunitária, sendo interrompida qualquer tipo de reciprocidade com as demais famílias – o que é um castigo forte num sistema de vida e produção baseados nas relações de trocas e na interdependência – e uma forte pressão moral, designando de forma pejorativa – “miserável” – quem não compartilha água. Esses preceitos comunitários são dinâmicos, afirmados ou transformados em momentos de conflitos pelo uso das diversas águas, nessas ocasiões as normas são explicitadas, reavivadas e definem os limites dos vários direitos coincidentes.

O pressuposto da água como dádiva norteia a ética lavradora que baliza códigos de uso familiar e comunitário. A ética aliada ao conhecimento dos vários tipos de águas – e nas várias regiões estudadas as famílias e comunidades possuem conhecimentos refinados sobre suas fontes –, fundamentam sistemas de classificação que são alicerçados no fator qualidade de água para beber. Estes sistemas normatizam e organizam hierarquias de uso dos recursos hídricos locais.

De acordo com as famílias de lavradores, a água possui várias qualidades que estão relacionadas às condições em que ela nasce ou à pressão a que ela é submetida. O princípio

organizador utilizado para conhecer e classificar as várias condições da água e seus tipos decorrentes é a oposição entre corrente (que circula) *versus* parado (empoçado). Essa é uma oposição estrutural na definição das qualidades da água. A partir dela as fontes d'águas são classificadas e têm seus usos – familiares e comunitários – organizados.

A água corrente é viva. É viva porque circula, está em movimento: o que torna a água viva é correr. Se ela ficar parada, morre; por consequência, na definições das várias comunidades, água parada, empoçada, é morta. Assim da oposição *corrente/parada* deriva a condição de água viva ou água morta. A água corrente (viva) é a que deve ser consumida pelas pessoas, a água parada (morta) não é sadia para o consumo humano, havendo sérias restrições a seu uso: deve-se utilizá-la somente para determinados fins como molhar as plantas ou na lida com criações.⁷

A circulação torna a água viva, fria, *fina* e *leve* de sabor. O senhor Manoel, lavrador do rio dos Cóchos, Norte de Minas, atesta que “*nada pega na água corrente*”, no sentido que ela não fica impura enquanto está corrente, porque leva a sujeira para longe. Parar estagna a água tornando-a morta, suja e impura. O senhor Adão, *vazanteiro* do rio São Francisco, prefere a água que corre porque “*Se fosse água parada não era boa, não tem movimento, se alguma podriquera, bicho, atingir, fica lá, aquela água fica empacada. Na água corrente o vivente que morreu é levado e já vem outra água limpa*”. A água parada ou empoçada pode ter duas origens: uma, ela pode ser naturalmente parada como a água de determinadas lagoas formadas nas vazantes do São Francisco que não possuem minadouros para alimentá-las, são formadas pelas cheias do rio nas depressões das vazantes quando as águas do rio se recolhem. As águas dessas lagoas formadas naturalmente são utilizadas para molhar canteiros ou no caso das que contém peixes, para cozinhá-los; se não houver outra fonte de água por perto servem também para lavar louça e roupa, mas quase nunca para beber. Outra origem da água parada, é quando ela é propositalmente estocada por meio de barramentos ou tanques. Este segundo tipo de água parada é o mais repudiado pelas famílias para um consumo humano, sendo somente usada em casos extremos de escassez, ou para consumo dos animais e muito raramente para lavar roupas.

⁷ A valorização da circulação da água pelas comunidades de lavradores está em ampla sintonia com o pressuposto científico do ciclo da água. Ver REBOUÇAS (1987).

De acordo com o senhor José Luiz, lavrador do vale do São Francisco: “*A água morta não tem sustento do lençol, ela é morta, está no pó da terra. Na lagoa ou sangrador [das vazantes] a água é morta quando não tem sustento do rio. A água é morta depois que se isolou na vasilha, na represa sem comunicação. Enquanto a chuva cai ela é viva, depois que ela empoça ela morre. Tudo tem seu segredo*”. As famílias afirmam que quem dá vida à água é a própria terra, que possui canais por onde a água está em constante movimento. A água só permanece viva enquanto estiver em contato corrente com a terra. É pela propriedade de ser viva que os vazanteiros preferem beber a água do rio grande (o São Francisco), mesmo que impura, do que a água da lagoa, que além de poluída é morta.

É importante refletir sobre esse arcabouço teórico cultural que as famílias de lavradores estabelecem sobre a natureza da água, ele revela pressupostos e preceitos importantes que norteiam e regulam o acesso e os usos das muitas águas. Primeiro a oposição entre corrente (circular)/ parada (estocada). Enquanto a água circula ela está viva e sadia, ao ser estocada torna-se parada e morta, perde qualidade e ajunta impureza. Assim interromper o ciclo da água significa prejudica-la e conseqüentemente prejudicar a quem for consumi-la. A água que nasce e circula é dádiva de Deus, surge sem ajuda humana e percorre seu caminho alimentando a todos os seres e assim deve ser. Há sérias restrições morais por parte de famílias e comunidades de lavradores à interrupção do ciclo da água corrente. Estocar água, excluindo situações extremas, está relacionado a usura, e usura é o oposto de reciprocidade. Por isso o preceito de que se alguém tem *orgulho* (usura) da água, ou seja, não quer dividi-la ou reparti-la, a água (por sua origem de dádiva) seca; da mesma forma se alguma família se negar a dar ou repartir a água, a fonte seca, ou ainda se há briga por acesso ou uso, ela também seca. “*A água não gosta de briga*” afirmam os agricultores do rio dos Cóchos, ao refletirem sobre porque as águas deste rio têm minguado. Além de apontarem o impacto dos desmatamentos e dos assoreamentos provocados por estradas, os agricultores afirmam que é porque também deve haver algum *orgulho* (usura) com relação ela.

A circulação torna a água *fina*, se a água não circular ela vai ficando *grossa, pesada* pela sujeira que vai acumulado. Os lavradores fazem um paralelo entre a água e sangue: “*A água é o sangue da terra, a terra sem água não tem vida. É igual a gente: sem sangue não temos vida*”, revela o senhor Toninho da comunidade de Sambaíba. O sangue é igual a

água, tanto nos bichos quanto na gente: quando o sangue está mais fino, ele circula com maior velocidade e conseqüentemente a pessoa ou animal tem saúde, mas se o sangue está grosso, circula com dificuldade causando doenças.

Mas a água viva, que circula, possui um gradiente de qualidade. Um deles é ser *fina* ou *grossa* e estas características se conhecem pelo beber, pelo sabor. A qualidade da água para beber é um fator muito importante e preocupante para as comunidades rurais. As famílias revelam que existem vários tipos de águas e estas possuem diferença de cor, textura, tamanho, sabor, e principalmente pureza e qualidade. Para conhecer essas diversidades de águas elaboraram sistemas de classificação das fontes que é baseado no fator qualidade de água para beber. Este é o uso mais nobre e primordial, a partir dele é estabelecida uma hierarquia das fontes disponíveis e discriminados seus usos possíveis. A pressão que a fonte sofre de pessoas ou animais é importante na escala de classificação da qualidade; uma água que poucas pessoas utilizam e que criações não pisoteiem é muito superior a uma fonte que muitas pessoas utilizam para vários serviços e criações têm acesso. Desse modo, as fontes de melhor qualidade são utilizadas prioritariamente para beber e as piores para banhar, serviços domésticos e matar a sede dos animais.

A água ser *fina* ou *grossa* está também diretamente ligado à procedência dela, com o tipo de terreno que ela surge: a “*veia*” da terra influi na qualidade dos mananciais. Existem águas que nascem grossas ou salobras em decorrência, principalmente, de brotarem em terrenos predominantemente calcários.

Para os lavradores, há principalmente três principais tipos de qualidade de água: as *pequenas* e *finas* de nascentes, minas, cacimbas, vereda, broto e olhos d’água, as *grandes* e *grossas* das nascentes e cacimbas salobras, córregos, ribeirões e rios, e as *paradas* das lagoas, tanques e barragens.

Esses tipos de água estão relacionados a esferas diferentes de domínio e regulação: as águas mais apreciadas as *finas*, de nascentes e minadouros, pertencem à esfera de controle familiar, um grupo limitado zela e dosa seus usos; córregos são águas das comunidades, isto porque o coletivo das famílias serve-se deles e em conjunto regulam suas usanças; já os rios são considerados de domínio público porque há muitos moradores que os utilizam, poluindo com sabão, dejetos e lida de animais, tornando-se muito difícil a regulação comunitária, a gestão pertence ao Estado. O gradiente de regulação da água no

sistema dos lavradores passa então do bem comum – regulado pela família e comunidade, zelado e privilegiado para o uso – para o bem público – que foge ao domínio das famílias e comunidades, onde elas têm acesso de uso mas não de regulação. O bem público por não ser regulado por um grupo social específico acaba, por isso, sendo menos cuidado. Águas paradas, com exceção de barramentos comunitários, são de domínio privado, portanto fora do controle comunitário direto.

É importante assinalar a distinção operada pelas famílias e comunidades de lavradores entre bem comum e bem público. Bem comum pertence e é gerido pela comunidade ou coletividade delimitada e é percebido como um patrimônio coletivo. Bem público no entender dos lavradores está associado a um bem que é gerido pelo Estado e por isso distante do controle e zelo da comunidade, é de todos, mas não é de ninguém. PETRELLA (2000) analisando os sistemas públicos de distribuição dos recursos hídrico em vários países aponta também para essa distinção entre bem público e comum. De acordo com ele tornar a água um bem público não assegura que ela será percebida e gerida como um bem comum.⁸

**Princípios estruturais para
classificação da água em comunidades rurais pesquisadas de Minas Gerais**

Água Corrente		Água Parada	
circula, livre		empoçada, presa	
viva		morta	
fria		quente	
 fina	 grossa	 natural	 estocada
 pequena	 grande	–	–
 leve, alva, azul, cristalina	 pesada, salobra, barrenta	 grossa, pesada	 grossa, pesada
 pura e doce	 salobra ou impura	 impura	 impura
 água de nascentes, minas veredas,	 água de nascentes, cacimbas,	 água de lagoa e ipueiras	 água de barragens e tanques

⁸ Existe uma extensa literatura que analisa as diferentes formas de apropriação dos recursos naturais e que indicam essa distinção, ver sobre BURKE (2001), MCKEAN e OSTRON (2001).

brotos, olhos e mãos d'água, cisternas, cacimbas e poços artesianos	cisternas ou poço artesianos, rio e córregos		
regulações familiares	regulação comunitária	regulação comunitária ou domínio privado	domínio privado

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

A classificação da água norteia os usos e cria dúvidas para os agricultores com relação ao seu armazenamento. Um lavrador da comunidade de Cruz dos Araújo, município de Januária, frente à iniciativa de algumas organizações de criar projetos para colher água da chuva e armazená-la para o uso das famílias e, com base sólida nos pressupostos culturais de uso da água de sua comunidade, se pôs a refletir a respeito da qualidade da água da chuva. A questão que o incomodava era se a água de chuva seria de boa qualidade para o consumo humano. De acordo com ele: *“A água da chuva vai ficar guardada. Será que ela fica boa para uso?”*. Esse lavrador concluiu que *“A água da chuva vai ficar parada e se não tratar dela ela não vai ficar boa. Porque se deixar a água parada, cria o ‘cabeça para baixo’(ou cabeça de prego) que é uma larvinha que revira na água [daí o nome]. Se a água fica presa aparece o “cabeça para baixo” e, se tem ele, não pode usar a água porque não é sadia, tem os ovos dele”*. É importante observar o processo de reflexão desse agricultor porque demonstra a força dos pressupostos culturais na filtragem de novas experiências que surgem ou são propostas para as famílias de lavradores. Assim lavradores podem recusar “inovações” porque elas podem ir contra seus arcabouço teórico, seus conhecimentos e pressupostos que alicerçam suas relações com a natureza e com outros lavradores. E esses pressupostos não podem ser entendidos como folclore ou crenças absurdas, ao contrário são conhecimentos locais que foram sendo construídos ao longo de muito tempo, de forma cumulativa e sistemática, baseados na experimentação e na prática de várias gerações (LÉVI-STRAUSS, 1970; POSSEY 1987). De acordo com CUNHA e ALMEIDA (2002:12) *“Pressupostos são as verdades culturais, aquilo que não se discute quando se é membro de uma sociedade. São, em geral,*

possibilidades e mecanismos e não inventários de conhecimento”. Conhecimentos que fundamentam, informam e coligam-se com práticas sociais que soldam as famílias em comunidades. Desta forma, estruturar ou propor projetos que lidam com água e sua conservação em comunidades rurais não significa que somente este aspecto será abordado, muito outros aspectos que fluem junto com a água também vem a tona: reciprocidade, acesso à terra, sistema de produção, regulação dos recursos naturais, lavoura e parentesco são alguns deles.⁹

A oposição circular/parado traz em si o princípio da reciprocidade, mediado pela dádiva divina. Por não surgir a partir da intervenção dos homens o dom divino da natureza água, deve circular alimentando e cimentando reciprocidades entre famílias e grupos sociais; muitas coisas – materiais, mas principalmente imateriais – são trocadas por meio da água. É nesse sentido que se pode entender a conotação tão negativa, maléfica e imoral da usura com relação à água e outros recursos da natureza. A usura é algo tão grave que faz a fonte da água secar ou ocasionar para quem a tem castigos divinos e sociais terríveis. O lucro que advém da usura é espúrio, porque foge do procedimento de reciprocidade, acumula e estoca, interrompendo o fluxo contínuo de movimento e distribuição da dádiva divina dos recursos da natureza, da água.

Comparando os princípios e atitude entre famílias de lavradores e empresas de águas e esgoto, hidrelétricas, de irrigação e fazendas percebe-se uma grande diferença de pressupostos, éticas e práticas. Enquanto para os lavradores a água como recurso dadivoso comum tem que circular senão morre, perdendo a qualidade, para empresas que percebem água como valor econômico acumulá-la é rentoso, para as empresas a água só tem valor se estocada em grandes reservatórios.

A pesquisa revelou que famílias de lavradores apreciam águas de nascentes, e tendem a preservá-las, desprezando ações relacionadas aos grandes corpos d'água (córregos, rios, açudes, etc) por considerá-los menos puros. Por sua vez, políticas ou programas que se preocupam com as águas públicas privilegiam as águas onde a regulação comunitária é menos intensa e também a participação e o envolvimento da população é

⁹ É nesse sentido que a relação entre comunidades e água traz aquela característica que MAUSS (1988) denominou de *fato social total*, porque ilumina vários aspectos da sociedade ou cultura em questão.

menor, e ao planejarem ações sobre as nascentes sempre as direcionam no sentido de apartar lavradores dos mananciais.

Observa-se então uma desconexão entre pressupostos, objetivos e interesses nas formas de gerir a água entre comunidades, Estado e empresa. Essa desconexão tem criado uma surdez recíproca que marca uma cisão forte nos mecanismos de participação de lavradores e agricultores familiares nos projetos de desenvolvimento rurais intensivo em água e em programas de educação ambiental.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. W. B. de. "Terra de preto, terra de santo, terra de índio: uso comum e conflito." *Humanidades*. Rio de Janeiro, 15, 1988
- BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher, comer**. R.J., Graal, 1981.
- BURKE, E. B. "Hardin Resitided: a critical look at percepcion and the logic of the commons". **Human Ecology**, vol. 29, nº 4, 2001.
- CASTRO, E. "*Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*." IN DIEGUES, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. S.P., Hucitec, 2000.
- CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. B. (orgs) **Enciclopédia da floresta**. SP, Companhia das Letras, 2002.
- DIEGUES, A.C. "*Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais*" IN _____ **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima**. S.P., NUPAUB/USP, 1995.
- FELICIDADE, N. MARTINS, R.M. E LEME, A. A. (orgs.). **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil**. São Carlos, RiMa, 2001.
- GALIZONI, F.M. "*A terra construída*." Dissertação (mestrado), FFLCH-USP, 2000.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho**. RJ, Paz e Terra, 1983.
- GOMES-POMPA A. e KAUS, A. *Domesticando o mito da natureza Selvagem*. In Diegues, A.C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, Hucitec, 2000.
- HOGAN, D.J. e VIEIRA, P.F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2a. edição. Campinas, Edunicamp, 1995.

- KURZ, R. “*Modernidade autodevoradorai*”. Caderno Mais! Folha de São Paulo, 14/07/2002.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Tropicos**. Lisboa, Edições 70, 1986.
- MCKEAN, M. A. e OSTRON, E. “*Regimes de propriedade comum em florestas*”. In DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. SP, NUBAUB/USP, 2001.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Edições 70, 1988.
- PETRELLA, R. “*Per salvare l’acqua viva*”. In CIPSI (org) **Acqua bene comune dell’umanità: problemi e prospettive**. Udine, CeVI, 2001.
- POSEY, D.A. “*Manejo de florestas secundárias*” IN RIBEIRO, B. **Suma Etnológica Brasileira**. Volume 1. Etnobiologia. 2ª edição. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987.
- QUEIRÓZ, M.I.P. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1973.
- REBOUÇAS, A. “Água e desenvolvimento rural”. Estudos Avançados – USP, vol. 1, nº1, 1987.
- RIBEIRO, E.M., GALIZONI, F.M., DANIEL, L.O., AYRES, E.C.B., ROCHA, L.C.D., GOMES, G.A. “*Práticas, preceitos e problemas associados à escassez da água no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais*.” Anais / XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. B.H., 2000.
- RIBEIRO, E. M. “*Populações tradicionais e recursos naturais*”. Relatório para Procuradoria da República em Minas Gerais - Ministério Público Federal, 2002.
- RIBEIRO, E.M. e GALIZONI, F.M. “*Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais*”. Lavras, 2003.
- SIGAUD, L. “O caso das grandes barragens.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. S.P. 18 (7), fevereiro 1992.
- VAINER, C.B. “População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas.” IN MARTINE, G. (org) **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. 2a. edição. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Segunda Edição. RJ, Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia - O campesinato como ordem moral in Anuário Antropológico/87*. Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

